



## 123ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 228 DE SETEMBRO DE 2017.

3Ao vigésimo oitavo dia do mês de setembro de dois mil e dezessete, às oito horas e quinze minutos, na sede da  
4Secretaria de Ação Social - SEDAS, sito à Avenida Champagnat, 1750, Centro, iniciou-se a vigésima terceira  
5reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, sob a presidência da presidente e representante  
6titular da Sociedade Civil, representando as Entidades e Organizações de Assistência Social, Senhora Ernestina  
7Maria de Assunção Cintra. Estiveram presentes na reunião vinte (20) conselheiros, sendo nove (09) do poder  
8público e onze (11) da sociedade civil, com os seguintes **Conselheiros titulares:** Clóves Plácido Barbosa,  
9Ernestina Maria de Assunção Cintra (Tina), José Carlos Gomes, Fernanda Rodrigues Carrijo, Alessandra  
10Aparecida da Silva, Lucineia Silva Sartori Coelho, Iara Fláva Afonso Guimarães, Rejane Garcia, Geisla Fábria  
11Pinto. **Conselheiros na titularidade:** Márcio José da Silva, Silvana Rodrigues Neves, Sandra Mara Fernandes  
12Carvalho, Jussara Barreto, Sonia Regina Barbosa Quirino; **Conselheiros Suplentes:** Geraldine Garcia Fuga  
13Menezes, Daniela Leal Ramos, Rosângela Aparecida de Paula, Óiter Cassiano Marques, Irene da Conceição Silva,  
14Valéria da Silva Barbosa Gimenes. Participaram da reunião doze (12) convidados conforme assinaturas na lista de  
15presença. Com a seguinte pauta: 4.1 – Discussão e Deliberação sobre emendas parlamentares; 4.2 –  
16Discussão sobre a realização dos Custos dos Serviços Socioassistenciais; 4.3 – Proposta de participação do  
17CMAS no Dia “D” de mobilização em defesa do SUAS – Nota de Repúdio CNAS e Convite Forttsuas –  
18Franca e Região – dia 28.09, às 17h na Praça Nossa Sra. da Conceição; 4.4 – Devolutiva e deliberação  
19referente Reunião Ampliada sobre Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes 5. Informes: 5.1 –  
205.2 – Devolutiva sobre participação da Presidente Tina na Audiência Pública do Estado, dia 21 de setembro  
21na Câmara Municipal; 5.3 – Recebimento de ofício 1244/2017 – IJEPAM – atualização de Estatuto Social e  
22Ata 5.4 – Recebimento de Requerimento de inscrição do Centro de Voluntários da Saúde de Franca. A  
23Presidente do Conselho, Tina, deu início a reunião informando sobre o alcance de quórum e aproveitou para  
24ressaltar a importância da pontualidade dos conselheiros nas reuniões para otimização do tempo. Lembrou  
25também sobre a reunião da comissão de orçamento agendada para esta data às dez horas, na qual serão discutidos  
26e preenchidos os pareceres e questionários referentes ao Demonstrativo Físico Financeiro Federal 2016 –  
27SERVIÇOS E PROGRAMAS; IGD-SUAS E IGD PBF. Em seguida foram apresentadas as justificativas de  
28ausência dos conselheiros: Camila, Adriana, Deyvid, Luiz Antônio e Cidinha. Tina fez a leitura da pauta, que foi  
29aprovada com a conversão *do informe 5.2 para o assunto* de número 4.4 – Devolutiva e deliberação referente  
30Reunião Ampliada sobre Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes. Em seguida a presidente solicitou a  
31apresentação dos participantes que compareceram pela primeira vez na reunião e manifestou-se Emanuela,  
32estagiária de serviço social. Maria Amélia confirmou o quorum de leitura prévia dos conselheiros, referente a ata  
33da 21ª Reunião Ordinária do CMAS, que foi aprovada sem considerações. Pautou-se em seguida o primeiro item:

**344.1 – Discussão e Deliberação sobre emendas parlamentares;** A Assistente Social da equipe de monitoramento, Carmem, informou sobre a necessidade de apreciação do colegiado referente a dois processos de emendas, sendo um do CCI LIONS e o outro da Instituição Espirita Nosso Lar. Quanto ao processo da entidade LIONS tratou-se de um remanejamento de recursos por meio da indicação 977/2017 de autoria coletiva que dispõe sobre o recurso de R\$33.838,33 (trinta e três mil, oitocentos e trinta e oito reais e trinta e três centavos) a ser aplicado na manutenção do prédio, na rubrica subvenção e R\$7.420,00 (sete mil, quatrocentos e vinte reais) em auxílio, para aquisição de um toldo, ambos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social. Em relação ao Nosso Lar, tratou-se de uma correção, uma vez que o recurso alocado no Fundo Municipal de Assistência Social em questão era de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) nas modalidades de subvenção e auxílio, porém foi apresentado para deliberação do conselho apenas o valor de R\$42.663,48 (quarenta e dois mil seiscentos e sessenta e três reais e quarenta e oito centavos). A equipe de monitoramento portanto fez contato com a instituição e eles acrescentaram além da aquisição de uma secadora industrial e um ar-condicionado, também a compra de barras de acessibilidade e gaveteiro para completar o valor total da emenda. Os conselheiros votaram a favor das alterações apresentadas e como encaminhamento, ficou definido pela alteração da resolução nº 08.2017/CMAS, com as devidas correções apresentadas nesta reunião. Tina pontuou que os encaminhamentos a respeito das apreciações das emendas se faz importante, porém o fato das mesmas estarem retornando com frequência para novas apreciações do colegiado, torna o processo moroso e isso pode ser problemático. Desta forma ressaltou a importância do processo ser feito com mais cautela para que o Conselho possa dar andamento a outros assuntos também. Antes de seguir ao próximo item, Maria Amélia registrou a presença da representante da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Sra. Marli, e solicitou que a mesma se apresentasse. Com a palavra, Marli informou que é a primeira vez que está participando da reunião deste conselho e se colocou a disposição para contribuir perante as demandas do conselho, bem como, informou que trabalha utilizando o espaço do gabinete do prefeito e representa todos os conselhos municipais. A Presidente cumprimentou Marli, reforçando a posição do Conselho quanto os serviços ofertados a população em situação de vulnerabilidade social na perspectiva de política pública de direito, a partir da Constituição de 1988. Destacou que a política de assistência é direito do cidadão e dever do Estado, e desta forma o trabalho, estudo e defesa tanto do CMAS quanto dos equipamentos públicos da assistência social, bem como dos serviços prestados pelas entidades inscritas junto ao Conselho, é sempre na perspectiva de garantia de direitos e não como favor e/ou caridade. Feitas as considerações, passou-se ao item **4.2 - Discussão sobre a realização dos Custos dos Serviços Socioassistenciais;** Tina informou que na última reunião o assunto também foi tratado pelos conselheiros, que solicitaram a inserção nesta pauta. O Conselheiro Clóves informou que realizou uma reunião com as entidades que ofertam serviço de acolhimento institucional para idosos, e teria encaminhado um ofício ao Conselho, ao Gestor e ao Ministério Público, repassando a relação de custos desses serviços ofertados pelas entidades. Tina disse que é de conhecimento do conselho no que diz respeito a parte orçamentária,

67que os pisos dessas modalidades se encontram muito diferenciados dos demais, e pontuou que esses valores  
68deveriam estar minimamente alinhados, pois todos os serviços são importantes. Disse que na última reunião,  
69durante a deliberação sobre os pisos dos serviços, notou-se uma discrepância e grande defasagem nos valores de  
70piso do Serviço de Acolhimento Institucional para idosos e ainda no Serviço de Proteção Especial para pessoas  
71com Deficiência, na modalidade unidade referenciada. Diante dessa situação, o colegiado aprovou o orçamento  
72para 2018, com ressalvas em relação aos pisos destes dois serviços e solicitou a revisão dos mesmos. Tina  
73ressaltou ainda que, enquanto representante das entidades no CMAS, compreende ser extremamente necessário  
74que essa discussão de valores não ocorra somente em períodos de aprovação do orçamento, mas que sejam  
75elaborados os custos de cada serviço pelo gestor, antes do início destas discussões. Reforçou também que de  
76acordo com a lei 13.019/2014 é vedada a cobrança de contrapartida financeira das entidades, porém quando o  
77preço dos custos dos serviços executados não são devidamente pagos, obriga-se as entidades a terem  
78contrapartida, observando-se um rigor parcial do poder público pela própria lei. Alguns participantes  
79manifestaram que mesmo aqueles serviços que estão um pouco melhores, também encontram-se abaixo do real, e  
80que esse reajuste pequeno não está considerando o dissídio dos trabalhadores e portanto não gerará impacto  
81algum. Tina concordou e disse que por conta dessas problemáticas é fundamental que as entidades passem a  
82documentar essas defasagens. Iara falou sobre a necessidade do CMAS trabalhar com um calendário/cronograma  
83acerca das discussões deliberativas para que em ocasiões emergentes o conselho já tenha uma posição  
84amadurecida. Maria Amélia pontuou que essa discussão já foi realizada antes da aprovação do orçamento e que  
85ela foi inserida novamente no sentido de debater alternativas e estratégias relativas aos custos dos serviços  
86executados. Disse que essa demanda referente a necessidade de realizar custos de serviços socioassistenciais não é  
87recente e é uma problemática a nível nacional e inclusive foi uma das deliberações da conferência nacional de  
882013. Destacou que a responsabilidade de realizar esse trabalho é da Gestão e o Conselho tem a atribuição de  
89fomentar e participar dessa discussão e contribuir na definição de estratégias para a realização desses custos. A  
90participante Cristina, da Sociedade dos Cegos, manifestou que acha importante essa discussão e questionou se de  
91fato ocorrerá o chamamento público, pois se houver, os pisos precisam ser discutidos. Sandra afirmou que haverá  
92chamamento e que o conselho foi informado em reunião. Os conselheiros discutem nesse momento a questão do  
93chamamento público, bem como a necessidade de um comunicado oficial por parte da Gestão ao Conselho. Tina  
94retomou o assunto em pauta e salientou a necessidade de dar encaminhamento aos trabalhos e lembrou que o  
95Secretário de Ação Social, Sr. Vanderlei, se comprometeu em agendar uma audiência entre o Conselho e o Prefeito  
96Gilson de Souza, com a presença dos secretários de Ação Social, Saúde e de Finanças para discutir a melhoria no  
97orçamento da assistência social, especificamente nos pisos do Serviço de Acolhimento do Idoso e do Serviço para  
98Pessoa com Deficiência, em unidade referenciada, porém não houve resposta até a presente data. Como  
99encaminhamento ficou deliberado pelo colegiado pelo encaminhamento de um ofício ao secretário reiterando a

100necessidade de agendamento de data para uma reunião com o prefeito com urgência e uma solicitação às  
101entidades para que façam os custos dos seus serviços e que encaminhem para Gestor e Conselho. Carmem disse  
102que a problemática relativa aos custos, em sua opinião, está atrelada com a falta de um padrão mínimo/teto de  
103custos para esses serviços, que sirva de parâmetro as entidades. Pontuou que para realização dos custos devem ser  
104observados e considerados apenas o que cabe ao serviço socioassistencial, de acordo com cada modalidade e que  
105esse pacto precisa ser convencionado e consentido a longo prazo e coletivamente. Clóves manifestou que  
106enquanto representante de entidade entende que é necessário uma ação imediata para que os serviços ofertados  
107não sejam interrompidos. Tina enfatizou que a entidade não deve participar do chamamento público se o os gastos  
108excedentes com o serviço forem comprometer a sustentabilidade da entidade, porém caso a mesma decida pela  
109não execução, deve oficiar o ministério público e a Gestão deverá se organizar para assumir o serviço, pois a  
110responsabilidade é da administração pública. A sra. Marli informou que poderá agendar uma reunião com o  
111Prefeito e conselho, porém ficou decidido pelo colegiado que ainda assim o ofício será encaminhado ao  
112Secretário. Concluído esse assunto, passou-se ao item **4.3 – Proposta de participação do CMAS no Dia “D” de**  
113**mobilização em defesa do SUAS – Nota de Repúdio CNAS e Convite Forttsuas – Franca e Região – dia**  
114**28.09, às 17h na Praça Nossa Sra. da Conceição;** Tina informou sobre os impactos causados na política de  
115assistência social com os cortes nos recursos da assistência social por parte do governo federal, o que representa  
116em um país de extrema desigualdade um desrespeito gigantesco com a população em situação de vulnerabilidade  
117econômica e social. Esses impactos recaem diretamente sobre os municípios uma vez que o governo federal e o  
118estadual não executam os serviços, pois cabe ao próprio município exercer essa função. E desta forma é  
119necessário se organizar e fortalecer a mobilização nacional, de acordo com os manifestos do Conselho Nacional  
120de Assistência Social - CNAS, Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS  
121e FORTTSUAS-RF. Maria Amélia fez a leitura da publicação do CONGEMAS relativa aos cortes do orçamento  
122para conhecimento do colegiado. Os conselheiros discutiram e decidiram também pela elaboração de uma nota de  
123repúdio reiterando os manifestos dos órgãos em questão e encaminhamento para as instituições de representação.  
124Tina conclamou todos os conselheiros e participantes a estarem presentes no ato de mobilização em defesa do  
125SUAS em Franca. Seguiu-se ao item **4.4 – Devolutiva e deliberação referente Reunião Ampliada sobre**  
126**Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes .** A Diretora da Proteção Social Especial, Valéria, informou  
127que participou de reunião ampliada com o secretário, o promotor da infância Dr Augusto, representantes do  
128serviço de acolhimento, representantes do Conselho de Assistência e do Conselho da Criança e Adolescentes, para  
129discutirem a questão das vagas dos serviços de acolhimento. Lembrou que no Plano Municipal estava previsto a  
130criação de um outro abrigo para ampliação de vagas. Afirmou porém que o serviço de acolhimento hoje atende as  
131deliberações do plano da criança e do adolescente e também do plano de assistência, porém a discussão foi no  
132sentido de resolver sobre as 09 vagas excedentes de acordo com determinações judiciais. A proposta para a



133regularização das 09 vagas, foi pela realização do chamamento público da seguinte forma: 76 vagas no Serviço de  
134Acolhimento de crianças e adolescentes em Casas Lares e 20 vagas para o Acolhimento Institucional. Alguns  
135participantes destacaram a importância de implantação de serviços de acolhimento regionalizados, uma vez que  
136essa demanda excedente muitas vezes é da região e não do município e é uma responsabilidade do Estado, porém  
137o mesmo não está assumindo. Sandra apresentou os valores do orçamento dos serviços socioassistenciais para  
1382018, a partir da proposta de regularização das vagas dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes.  
139Finalizadas as discussões os conselheiros aprovaram a alteração apresentada. Na sequência iniciou-se os  
140Informes: **5.1 – Devolutiva sobre participação de delegados da Conferência em Reunião na DRADS.** Na reunião  
141da DRADS participaram os delegados eleitos e a secretária executiva Maria Amélia. A secretária informou que  
142tratou-se especificamente de instruções aos delegados para a participação na Conferência Estadual de Assistência  
143Social. **5.2 – Devolutiva sobre participação da Presidente Tina na Audiência Pública do Estado, dia 21 de**  
144**setembro na Câmara Municipal.** A Presidente Tina, destacou a sua participação na Audiência Pública para  
145discussão do Orçamento do Estado. Disse que na ocasião apresentou as principais demandas do município,  
146especificamente no que refere a ampliação do cofinanciamento estadual dos serviços da assistência social e  
147também sobre a solicitação do financiamento dos benefícios eventuais que é obrigação do Estado e ainda a  
148ampliação das metas e valores dos programas de transferência de renda, tais como o Programa Ação Jovem e  
149Renda Cidadã com base nas deliberações da conferência municipal. **5.3 – Recebimento de ofício 1244/2017 –**  
150**IJEPAM – atualização de Estatuto Social e Ata.** Tratou-se sobre a apresentação dos documentos de alteração do  
151Estatuto Social e Ata do IJEPAM encaminhados ao CMAS e que ficarão arquivados na pasta da entidade. **5.4 –**  
152**Recebimento de Requerimento de inscrição do Centro de Voluntários da Saúde de Franca;** Tratou-se sobre o  
153recebimento do novo requerimento de inscrição do Centro de Voluntários da Saúde de Franca, que será  
154encaminhado a comissão de inscrição para a realização de nova análise e parecer sobre a solicitação da entidade.  
155Finalizados os assuntos e nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dez horas e trinta minutos, e eu,  
156Maria Amélia Facioli Vergara, secretária-executiva do CMAS, lavrei a presente ata, que uma vez lida e aprovada,  
157será anexada a lista de presença dos conselheiros participantes.